

As Noites de Sociologia (1994)

IDENTIDADES E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

*Apresentação por
José Luís Casanova**

As “Noites de Sociologia” constituem um verdadeiro projecto de comunicação que, em Lisboa, resulta da colaboração da Associação Portuguesa de Sociologia e da Livraria Barata - organizações que têm em comum o gosto pela publicitação e discussão de ideias.

Insubstituíveis por outros momentos mais auto-reflexivos (tais como Seminários, Colóquios, Congressos, etc) e espaço aberto na, às vezes vertiginosa, vida profissional e familiar, as “Noites” conquistaram já um lugar específico sustentado por uma já regular afluência de participantes.

Informação e divulgação, troca de ideias entre participantes com formações variadas, debate público, eis alguns dos ingredientes desta receita de convívio, incentivadora da “paixão da razão”, da crítica e da reflexão.

Os temas-pretexto têm variado, sempre um pouco ao ritmo da vida social portuguesa e das preocupações sociológicas.

Este ano subordinaram-se os temas de cada uma das “Noites” a uma temática global: *“Identidades e transformação social”*.

Tal proposta deve-se, obviamente, à particular vivacidade com que a questão das identidades é dirimida numa conjuntura em que, tombado o muro de Berlim e dissolvido o *apartheid* na África do Sul, novas formas de relacionamento se apontam face ao primado do Estado-Nação, discute-se a cidadania europeia, mas, também em Portugal, reflecte-se a aparente falta de projectos sociais, a exclusão social agrava-se e a etnicidade ressurge como motivo nas tensões sociais.

Daí o programa:

- *Etnicidade: o risco e a margem* (12 de Maio) - Arnaldo Andrade, Fernando Luís Machado, Pedro Moura
- *Ideologias e novas cidadanias* (19 de Maio) - Augusto Santos Silva

* Assistente no Departamento de Sociologia do ISCTE. Investigador no CIES. Investigador no CET.

— *Desemprego e desqualificação social* (26 de Maio) - Isabel Guerra, Manuel Pisco Lopes

As apresentações orais destes temas foram gravadas e escritas, reescritas e, possivelmente, repensadas pelos seus autores. Algumas delas são, agora, facultadas à leitura.

1. **Etnicidade: o risco e a margem**

*Intervenção de
Arnaldo Andrade**

É sobretudo como homem de acção que participo neste debate. Como dirigente associativo de associações de imigrantes que tenho sido nos últimos anos, num período marcado pelo despertar da consciência dos grupos de imigrantes para a sua condição na sociedade portuguesa, na sequência das alterações nas leis de imigração em Portugal. Na ausência de um conhecimento sistematizado sobre a imigração, o que farei é uma chamada de atenção para a escassez de trabalhos de investigação sociológica relacionados com a emergência de novos grupos sociais com determinadas características étnicas. No máximo, posso admitir que como aprendiz de sociólogo o meu olhar tenha um certo treino, uma certa forma de encarar os problemas.

Nos últimos anos tive a oportunidade de ser um observador privilegiado. Pude conviver de perto com dirigentes associativos de vários grupos étnicos e ter contactos com muitos imigrantes, particularmente no período da regularização extraordinária. Pude auscultar as formas de pensar e de sentir, partilhar as preocupações desses grupos sociais e observar as formas como organizam a sua vida na sociedade de acolhimento. Não me proponho dar conta de tudo isso agora, precisamente porque julgo que esse conhecimento está longe de estar sistematizado e suficientemente articulado. Em contrapartida, é claro para mim que existem algumas áreas onde é preciso saber mais, e é sobre esses aspectos que me proponho fazer algumas observações.

A primeira observação relaciona-se com o facto de Portugal, como quase todos os países, registar a presença de grupos étnicos minoritários desde há muitos séculos, mas em contrapartida não existem estudos sobre as formas de integração ao longo do tempo. Os árabes, que ficaram depois da reconquista, aparecem na historiografia oficial como objecto de

* Sociólogo. Dirigente da Associação de Cabo Verde em Portugal.

transacções sujeitas a impostos de acordo com os forais que os reis concediam às cidades como Lisboa. Pouco se sabe de concreto como se foi dando a miscegenação. Pouco mais se poderá dizer dos judeus, e menos ainda dos negros que representavam uma parte considerável da população de Lisboa no séc. XVI. Sabe-se de forma incerta que existe alguma contribuição desses diferentes grupos étnicos para a cultura portuguesa actual, para além da língua que conserva vocábulos de origem árabe, de línguas bantus ou referências à cultura judaica, ou ainda à cultura galega. A interrogação é, como decorreu todo o processo de integração? O tempo que demorou, as situações sociais que engendrou, os resultados que produziu.

As migrações recentes, dos últimos 25 anos e particularmente as medidas de política dos estados europeus em relação à imigração, desde que a Comissão europeia decidiu em 1984 tornar esta questão num ponto importante da agenda, chamaram de novo a atenção das ciências sociais para a etnicidade e para os fenómenos sociais relacionados com a presença de grupos étnicos oriundos de processos migratórios em direcção à Europa, depois da II Guerra Mundial. Em Portugal, sabemos pouco sobre as migrações recentes. Existem alguns estudos sobre a imigração cabo-verdiana e sobre os contingentes que chegaram na sequência da descolonização, mas pouco se sabe sobre os grupos mais recentes de imigrantes guineenses, brasileiros e angolanos, que fazem parte de um fluxo dos anos 80, e parecem ter padrões diferentes e confrontam-se com conjunturas também diferentes. Os nexos entre a colonização e os fluxos migratórios por um lado, e as conjunturas económicas, por outro, são frequentemente tratados indiscriminadamente. Existirá alguma relação entre o facto dos cabo-verdianos e os goeses que tiveram uma grande mobilidade no quadro do império colonial e uma presença significativa na administração intermédia das colónias, terem sido os primeiros dois grupos a se fixarem em Portugal?

Por outro lado, a inexistência de um Observatório das Migrações não ajuda a conhecer as características dos fluxos migratórios, dos seus comportamentos e expectativas. As próprias autoridades que tomam medidas legislativas para regular os fluxos, desconhecem os parâmetros do fenómeno e agem às escuras. Seria fundamental saber, por exemplo, se se confirma que o padrão dominante da imigração brasileira é de uma estadia relativamente curta, com regresso ao fim de poucos anos; saber qual o grau das expectativas dos guineenses e cabo-verdianos quanto à fixação da residência noutros países europeus; saber quais as expectativas de fluxos em direcção a Angola e Moçambique. Se não conhecemos estas questões básicas, sabemos muito pouco em relação às migrações no es-

paço de língua portuguesa, que existe desde há muito e continuará a existir, já pelo facto de estarem instaladas as redes familiares e de interconhecimento de que se alimentam os fluxos.

Recordo aqui o facto de Portugal ter aderido aos acordos de Schengen em 1991, na altura em que o grupo inicial de 6 países do centro da Europa considerava que poderia matar dois coelhos de uma só cajadada: obrigar a Comissão a avançar na questão da livre circulação de pessoas e mercadorias e pressionar todos os países a adoptarem medidas enérgicas para combater a imigração ilegal. Ora, passados quatro anos, esta última questão da imigração ilegal é precisamente o motivo porque a França ameaça retirar-se de Schengen. A imigração ilegal e os comportamentos que engendra é algo que se conhece em Portugal desde há trinta anos, e teria sido possível, sem dúvida, compreender o “buraco” de Schengen e até fazer um brilharete numa matéria em que a Europa não tem parado de “meter água”.

Um segundo leque de questões sobre os grupos étnicos resultantes de migrações recentes, sobre o qual também sabemos muito pouco, é a da sua inserção na sociedade portuguesa - a relação com o território, com a população indígena, com a economia e a cultura, e com os próprios descendentes.

Destes grupos, os mais antigos - os caboverdianos - começaram por fixar-se inicialmente em zonas da cidade de Lisboa em que existiam as pensões baratas e velhas do centro, particularmente no eixo S. Bento-Estrela e nas paralelas da Almirante Reis, deslocando-se depois em massa para a periferia criando a cintura étnica à volta da Cidade, tal qual ela existe hoje. Os fluxos de guineenses angolanos e brasileiros dos anos 80, hoje, dirigem-se às pensões velhas do Bairro Alto num padrão muito parecido com o que aconteceu há vinte anos. Actualmente os guineenses e angolanos já se dirigem para a periferia e vão ocupar os espaços libertados pelo realojamento feito pelos programas camarários. Se o padrão se repete, então o fim das barracas em Lisboa bem pode ser adiado para as calendas gregas, por mais pacotes habitacionais que se disponibilizem. A apropriação do espaço na cidade por parte dos grupos étnicos faz-se despercebidamente, e só se torna notório quando os problemas sociais se tornam visíveis, quer porque despontam confrontos entre negros e *skinheads* no Bairro Alto, quer porque a densificação da ocupação dos espaços degradados na periferia forma *ghettos* segregados e problemáticos do ponto de vista das más condições de vida e da insegurança.

A questão da integração dos imigrantes e grupos étnicos é um tema muito falado actualmente, o que denota uma tomada de consciência pelo menos sobre a existência do problema. Também aqui não existem estudos

aprofundados, apesar do recente interesse. As questões relativas à inserção sócio-laboral são conhecidas superficialmente. Os níveis de interacção, de assimilação cultural e linguística (existe sempre e não é necessariamente um mal) são pouco conhecidos para além do facto sabido do insucesso escolar dos descendentes destes grupos e das dificuldades recentes da escola em lidar com grupos portadores de padrões culturais claramente diferentes. Quanto à participação e níveis de identificação desses grupos com a sociedade portuguesa a produção científica é nula.

Gostaria ainda de recordar uma última questão para o debate que se seguirá e que, creio eu, não deveria ser esquecida pois sinto que é algo que no futuro vai despertar muita atenção e necessidade de um conhecimento: a identidade da chamada segunda geração. Por experiência sei, e isso nota-se no primeiro contacto, que estamos perante grupos de indivíduos ainda jovens que do ponto de vista de identidade são consideravelmente diferentes dos seus pais no modo de ser e de agir, ainda que isso não seja imediatamente reconhecido nas interacções sociais, o que é uma fonte inesgotável de mal-entendidos, de incompreensões. Como formam um grupo que tenderá a ser cada vez mais numeroso, em vista das taxas de natalidade mais elevadas dessa população, do reagrupamento familiar que se vai fazendo, e porque adoptam uma postura de ostentação da sua visibilidade serão provavelmente actores sociais muito salientes no futuro.

*Intervenção de
Fernando Luís Machado**

Uma das questões que se coloca sempre, mas que não tem ainda uma resposta clara é a da dimensão. Qual o peso da imigração em Portugal? Portugal é um país tradicional de emigração. A imigração é um fenómeno recente e quando pensamos no debate, nas polémicas e nas medidas que foram anunciadas quando se discutiu, sobretudo, a legalização dos imigrantes clandestinos, e nos lembramos que houve um certo dramatismo a propósito da presença de imigrantes em Portugal, vale a pena avaliar, em termos comparativos com outros países europeus, o peso da imigração entre nós.

Mesmo nas estimativas mais por cima pode dizer-se, com alguma segurança, que a presença de imigrantes africanos oriundos das ex-colónias, mas não só, não representará, hoje em dia, mais de 2% da população

* CIES/Departamento de Sociologia do ISCTE.

portuguesa. Portanto, menos de metade do que se regista na maioria dos países europeus, e não é preciso ir a casos em que esse peso é mesmo muito grande, como a Suíça ou o Luxemburgo. Basta ir para os exemplos da Inglaterra, França ou da Alemanha. Em França, os imigrantes são mais de 6% da população, o que significa alguns milhões de pessoas.

Para além da questão da quantidade há também a questão da qualidade, digamos assim.

Há, em Portugal, uma diversidade de situações dentro daquilo que se costuma designar por minorias étnicas. Essa diversidade existe, desde logo, do ponto de vista da inserção social. Certas minorias têm um perfil acentuadamente desprivilegiado, outras nem tanto. Digamos, sinteticamente, que se pode estabelecer um contínuo em que no pólo mais desprivilegiado se encontram as comunidades caboverdiana e guineense e num pólo de privilégio relativo se encontram algumas comunidades indianas, que, em grande parte, são também oriundas dos PALOP, esmagadoramente de Moçambique.

Do ponto de vista da resposta política, não se trata simplesmente de estabelecer medidas de contenção - o que está em causa não é apenas isso, até porque não há uma invasão, como alguns querem fazer querer - mas de pôr em prática políticas de integração dos imigrantes. O foco da questão não está na imigração apenas, embora seja óbvio que não se pode receber números imparáveis, infinitos, de pessoas. O ponto mais importante, em termos de margem e de risco, é o dos imigrantes que já cá estão.

A questão da etnicidade vem exactamente do prolongamento do tempo de residência. O Arnaldo fazia, há pouco, um diagnóstico dos projectos migratórios das várias comunidades - se pensam fixar-se, se pensam regressar. De facto, essa é uma vertente do problema - a própria decisão que o actor pode tomar relativamente ao seu destino. Mas, muitas vezes, essas decisões são ultrapassadas pelos contextos e pelas circunstâncias e, portanto, o projecto de regresso (também se sabe isso de estudos sobre imigração, já em Portugal, mas sobretudo noutros países) é frequentemente adiado e as pessoas vão ficando, vão-se fixando, vão tendo filhos que frequentarão a escola e terão trajectórias profissionais, em suma, vão estando cada vez mais ligadas à sociedade de recepção. Podem estar mal integradas, mas estão fixadas, quer dizer, estão cá e há que pensar em integrá-las.

Ainda antes de passar a um segundo tópico, queria deixar uma questão: o que vai acontecer aos fluxos de imigração? Vão parar? Vão diminuir lentamente? Vão manter-se ao mesmo ritmo? Mais uma vez aqui não chega só a decisão política de contenção, mais ou menos repressiva, da

entrada de novos imigrantes. Há outras variáveis em jogo. As políticas também são ultrapassadas, muitas vezes, por factores mais poderosos do que elas próprias.

Os números recentes da emigração em Portugal mostram um aumento da saída de portugueses para outros países europeus. A emigração não é apenas um fenómeno dos anos 60. Continua a existir hoje, embora em proporções muito menores, mas não desprezáveis. Pensando nisso, pergunto se não se poderá reeditar, em escala mais reduzida, o cenário dos anos 60 de uma imigração de substituição: os caboverdianos que vieram substituir os portugueses que foram trabalhar para França, tudo dentro do mesmo sector de actividade, a construção civil e obras públicas.

Nos anos 60 passou-se isto. Nos anos 80, a inserção profissional principal desses tais dois grupos mais desprivilegiados - os caboverdianos e os guineenses - é nesse mesmo sector. Não é a única, mas é assim no geral. Crescendo a emigração - esta emigração é de pessoas que eventualmente aceitam trabalhar no sector da construção civil em França ou na Alemanha, mas que se calhar não aceitam fazê-lo em Portugal - podem gerar-se, de facto, necessidades de mão de obra que só com recurso a população exterior podem ser solucionadas, mesmo contra a política de contenção.

Relativamente às situações à margem, só duas ou três notas sobre diversas esferas de existência das comunidades imigrantes. A primeira e mais impressionante é a, já ultrapassada em parte, situação de clandestinidade. Muitos imigrantes viveram, e ainda vivem, em situação de clandestinidade em Portugal. Estão, portanto, socialmente condicionados, no sentido da sua residência não ser legal, em certos casos por muito tempo. Não é uma questão que só toque aqueles que chegaram mais recentemente. Há pessoas que passam muito tempo numa situação deste género.

A clandestinidade é, de facto, a expressão acabada da exclusão social, em que a pessoa não tem qualquer tipo de direitos. Eu diria, de forma sintética, que é uma forma de ser economicamente útil sem ter existência social. É uma “descoberta magnífica”, porque embora isso não corresponda a uma intenção maquiavélica de alguém que mantém as pessoas na clandestinidade deliberadamente com esse fim, o que é facto é que a clandestinidade é funcional do ponto de vista, por exemplo, da inserção nas franjas mais precárias do mercado de trabalho. Há uma correspondência directa entre as duas coisas: nas franjas mais precárias do mercado de trabalho não abundam propriamente os direitos e as regalias sociais e as pessoas que estão numa situação de clandestinidade são o alvo privilegiado para ocupar esses lugares, porque estão numa posição em que não reivindicam nada ou quase nada.

Esta situação é, às vezes, da conveniência imediata dos próprios imigrantes. Em situações que tenho observado há uma espécie de racionalidade associada à ideia de regresso, passado pouco tempo, que faz com que muita gente prefira não ter contrato de trabalho, mesmo havendo, por vezes, propostas nesse sentido, porque se se trabalha à hora ganha-se mais. Trabalha-se muito mais, trabalha-se sem rede, digamos assim, sem segurança social, mas isso pode permitir acumular mais depressa um determinado montante de dinheiro e portanto alimentar o tal desejo de regresso a curto prazo.

A habitação é outro plano de exclusão, em que o direito dos imigrantes concorrerem à habitação social nem sequer existe. Julgo que algumas autarquias terão tentado contornar a situação, mas formalmente esse direito não é universalmente reconhecido. No caso da educação, da escola portanto, o problema coloca-se exactamente a propósito ou como consequência do prolongamento do tempo de residência. Não só aqueles que vêm numa idade jovem irão eventualmente frequentar o sistema de ensino, mas sobretudo as crianças nascidas e/ou criadas em Portugal vão certamente frequentar a escola. Basta pensar, por exemplo, que existem actualmente 13.000 crianças oriundas das cinco comunidades africanas de língua portuguesa a frequentar o primeiro ciclo do ensino básico em Portugal. O número é já impressionante e aí colocam-se problemas vários. Há algumas respostas já, através do Ministério da Educação, no sentido de pôr em prática projectos de educação multicultural, do reconhecimento das especificidades das novas culturas que chegam à escola. Mas se pensarmos que a escola portuguesa ao nível básico não encontrou ainda respostas para os inúmeros casos de insucesso e abandono escolar das crianças portuguesas das classes populares, é de temer problemas ainda mais complicados face a duplas pertenças culturais, duplas pertenças linguísticas.

Portanto, há aqui, globalmente, aquilo que se pode designar por um défice de cidadania, que tem como reverso aquilo que eu acho ser um défice de associativismo das comunidades imigrantes. O primeiro destes défices ajuda a explicar o segundo, porque exactamente basta pensar que o imigrante clandestino não tem qualquer vontade de se associar, porque associar-se é tornar-se visível e a pessoa que está clandestinamente num país o que não quer justamente é tornar-se visível, quer passar despercebida. Portanto, as condições de existência das várias camadas de imigrantes não facilitam a mobilização para a acção colectiva.

Este duplo défice, digamos assim, tem sido colmatado nos tempos mais recentes pela intervenção de diversos actores neste campo. Não só, e em primeiro lugar, as associações de imigrantes, nomeadamente a

Associação Caboverdiana, mas também a Associação Guineense de Solidariedade Social, justamente as que estão ligada às comunidades com inserções mais precárias, mas outros actores, como os partidos políticos. Há algum tempo atrás, nas últimas eleições legislativas, o Partido Socialista, por exemplo, abriu as suas listas à participação de representantes das comunidades imigrantes. Os sindicatos começam igualmente a tomar posições, bem como, e até antes, a Igreja e algumas autarquias, nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa. Começa a configurar-se um campo político de actores que intervêm a propósito da problemática da imigração e, por aí, se pode recuperar algum tempo na colocação dos problemas num plano de cidadania.

Por fim a questão dos riscos, muito rapidamente. A questão dos riscos pode ser vista de várias maneiras. Pode ser vista do lado das atitudes xenófobas e racistas em geral, pode ainda ser vista do lado da violência racista protagonizada por grupos mais ou menos organizados, como os de *skinheads* que têm atacado, provocatoriamente, em determinadas zonas de Lisboa. Mas eu queria vê-la numa outra perspectiva, aquela que me parece ser a situação de risco actualmente mais importante e que já foi tocada pelo Arnaldo.

É a questão da chamada segunda geração de imigrantes. O perfil desta segunda geração, enfim, ainda não é bem conhecido, há estudos em curso, será preciso fazer mais. Mas há algumas coisas que me parecem muito claras desde já, como, por exemplo, o facto de para essa chamada segunda geração, que não é uma segunda geração de imigrantes, porque a maioria desses jovens e crianças não foram imigrantes eles próprios, não se colocar a ideia de regresso a um país que, em muitos casos, nem sequer foi o país de nascimento.

Uma outra diferença destes jovens relativamente aos seus pais é que aquilo que os seus pais, para dizer depressa, tinham de submissão, de apagamento, de aceitação do desfavorecimento - de qualquer modo, do seu ponto de vista, era, pelo menos nos primeiros anos, melhor do que aquilo que tinham deixado para trás - estes jovens não têm. Eles não têm, de facto, esta posição de submissão, de aceitação um pouco fatalista da condição em que vivem e comparam-se, não com aqueles que estão no país de origem dos seus pais, mas, julgo eu, com outros jovens da sociedade portuguesa, nomeadamente os das classes médias urbanas, porque é a grande cidade o seu espaço social de inserção.

Dominam, de forma que os pais não fazem, o espaço onde estão inseridos, conhecem a sociedade portuguesa, foram socializados cá e, portanto, não acatam nem se submetem a condições de existência que os seus pais tendem mais facilmente a aceitar, pensando: "isto é por pouco

tempo e vou regressar, estou aqui para arranjar dinheiro o mais depressa possível”, enfim o paradigma do projecto de vida imediata comum a muitos imigrantes.

Se não são imigrantes de segunda geração, acho que se pode utilizar aqui conceitos como dupla cultura, por exemplo. Para além de partilharem, sem alterações muito sensíveis até ver, as condições sociais de existência dos seus pais, estes jovens têm uma dupla referência cultural. Em muitos casos, penso eu, nenhuma dessas referências é aceite de forma pacífica. Nem a chamada cultura de origem, que é a dos seus pais e que será um universo com que estes jovens não se identificarão plenamente, até pelas condições de existência em que as suas famílias vivem, nem a cultura da sociedade receptora, nomeadamente a escola. Portanto, há aqui, de facto, uma identidade problemática, que eu chamaria de dupla cultura mal integrada.

Para terminar, uma vez que já ocupei também muito tempo, a questão que fica é saber até que ponto os incidentes que ocorreram no Verão passado na zona de Lisboa, com grupos de jovens oriundos da imigração, poderão ou não atingir, no futuro, as proporções que atingiram noutros países europeus, apesar de as políticas de integração de imigrantes aí - no emprego, na habitação, na escola, entre outras - nada terem a ver com a omissão geral portuguesa.

Poderão ocorrer episódios de disrupção social, de violência urbana, na sociedade portuguesa, protagonizados por jovens das periferias (não necessariamente por jovens descendentes de imigrantes, mas também jovens portugueses de meios populares, como aconteceu justamente em França, ainda há pouco tempo) ou a nossa situação não é, ainda, pela menor dimensão da população imigrante, pelos contrastes menos acentuados que do ponto de vista cultural existem entre a população portuguesa e as comunidades imigrantes e por outras razões, a que vários países europeus viveram, a este respeito, nos anos oitenta?

*Intervenção de
Pedro Moura Ferreira**

Quando me confrontei com o binómio da etnicidade e da criminalidade registei algumas perplexidades. A primeira dessas perplexidades tem a ver naturalmente com a pergunta: porquê ligar a etnicidade à criminalidade? (ou vice-versa). As primeiras reflexões provocaram-me de imediato uma

* Sociólogo. Investigador do I.C.S.

espécie de pressão, como se estivesse dentro da actualidade de um discurso que percorre subtilmente a sociedade portuguesa. Dentro da minha memória (que também é parte de uma memória colectiva) ressoavam ecos de notícias, acontecimentos e discursos onde os dois termos apareciam ora desconexados, ora fortemente entrelaçados um no outro. Indagando-me mais profundamente cheguei à constatação que julgo ser óbvia: a etnicidade e a criminalidade parecem constituir uma realidade nova na sociedade portuguesa. Não porque esses fenómenos fossem desconhecidos, mas mais precisamente porque têm vindo a adquirir, nos últimos anos, uma maior relevância em termos sociais. Porquê essa relevância — indaguei?

Apontarei, desde já, algumas constatações evidentes. Creio que poucos de nós duvidam que Portugal caminha a passos largos para se tornar uma nação com características multi-étnicas. Em resultado de fortes pressões imigratórias e das antigas ligações aos territórios que outrora constituíram o império colonial português, a sociedade portuguesa assistiu a uma entrada significativa de indivíduos pertencentes a outras culturas e a outros lugares. A emergência desta nova realidade numa conjuntura económica pouco expansiva, em profunda mutação e numa sociedade sem grande passado de convivência multi-cultural intra-fronteiras, suscita naturalmente, algumas tensões e problemas sociais de integração. Tensões e problemas esses que adquirem uma relevância acrescida quando surgem associados a um contexto internacional onde os conflitos inter-étnicos emergem um pouco por todo o lado e, nalguns casos, perigosamente misturados com discursos e movimentos sociais de raiz racista e/ou xenófoba. A etnicidade está assim ligada a um tempo de profunda mudança social que, até certo ponto, questiona e ameaça a identidade nacional.

Em relação ao problema da criminalidade é igualmente óbvio não se tratar de uma questão nova. A criminalidade sempre existiu. Realmente nova é a visibilidade social que adquiriu, contrastando fortemente com a representação colectiva de que Portugal é um país de “brandos costumes”. Independentemente do que se passa com a realidade criminal em si mesma, isto é, com a famosa questão de saber se o crime tem aumentado — e apesar de alguns indicadores sugerirem um aumento de determinados crimes —, não parece possível atribuir apenas a essa realidade a responsabilidade da maior visibilidade criminal na cena portuguesa. É também necessário considerar a projecção dada à realidade criminal na sociedade. Programas de televisão, notícias de jornais, relatórios e estudos sobre a criminalidade não contribuem necessariamente para a expansão do fenómeno, mas produzem efeitos de “amplificação” que podem contribuir para a estigmatização de certas categorias sociais e promovem a genera-

lização de sentimentos de insegurança colectiva nos cidadãos. Resta, contudo, saber se existem sinais de que a amplificação de determinados eventos, através dos meios de comunicação social, promove a eventual estigmatização de determinadas categorias sociais, em particular de determinadas categorias étnicas.

Esta questão gera uma segunda perplexidade. Por não ser especialista em questões inter-étnicas e por nunca me ter cruzado em percursos de pesquisa com a problemática inter-cultural, senti-me pouco à vontade em estabelecer uma ligação entre os dois termos do binómio pelo lado da etnicidade. E embora andando à volta da questão criminal devido a uma pesquisa em curso, as minhas preocupações não atravessam a problemática étnica.. Como construir, então, um esboço de interpretação se dispomos de uma informação escassa e se a criminalidade e a etnicidade não têm sido alvo preferencial de um olhar mais atento por parte dos investigadores sociais portugueses?

Perante estes constrangimentos decidi enveredar por uma linha mais intuitiva do que empírica. Nesta via, parece-me possível situar a relação entre criminalidade e etnicidade em dois planos de interpretação que sugerem algumas questões. Um dos planos centra-se na questão social, isto é, na incidência do crime nas minorias étnicas e o outro sobre as eventuais implicações politico-ideológicas da criminalidade étnica. Devo salientar ainda que não me motivou uma postura neutra ou uma preocupação objectiva de situar a problemática criminal equidistante a todas as etnias. Prefiri claramente situá-la no centro das questões inter-étnicas, ou seja, no racismo e nas categorias mais abrangidas por esse fenómeno.

A análise da relação entre etnicidade e criminalidade, no plano social, impõe uma separação inicial da realidade criminal/étnica em duas vertentes. Uma que acentua o carácter produtor de criminalidade das minorias étnicas, outra que analisa as minorias étnicas enquanto receptoras ou vítimas do crime. Ao abordar a perspectiva da produção criminal é importante referir que a realidade criminal étnica é um fenómeno pouco conhecido, na medida em que as notações estatísticas oficiais não integram a classificação étnica. Dados de outros países, por exemplo, dos Estados Unidos ou de Inglaterra, sugerem a existência de uma sobrerrepresentação de algumas etnias na população criminal. Esta mais forte representação pode ser lida à luz de uma dupla realidade. Em termos algo simplistas, podemos referi-las como a tese do “gueto” e da “experiência étnica”.

A primeira tese, desenvolvida desde o tempo da Escola de Chicago, procura explicar as razões porque o fenómeno criminal é mais intenso nas populações que vivem em zonas caracterizadas por aquilo que designam de desorganização social. Zonas que recebem populações imigradas, com

poucos laços sociais entre si, com poucos contactos com a sociedade em que se integram, tendem a exhibir padrões criminais superiores à média nacional. A exclusão social, em contextos predominantemente urbanos, constitui uma via para a criminalidade. Deste ponto de vista, o problema da criminalidade étnica não é qualitativamente distinto da criminalidade em sentido lato. Se, eventualmente, algumas categorias étnicas apresentam uma taxa de criminalidade superior à média, tal facto deve ser enquadrado pelo maior peso das discriminações e desigualdades que afectam essas categorias.

A segunda tese aponta para uma realidade um tanto diferente, embora partilhe características comuns, nomeadamente a exclusão social e a falta de oportunidades de emprego. No entanto, e porque esse fenómeno aparece ligado à 2ª geração, a exclusão é experimentada colectivamente como um problema de discriminação étnica. A par de uma certa delinquência, que é comum às situações de marginalidade, em particular, entre os jovens, surge um outro tipo de criminalidade desenvolvida como reacção a essa discriminação étnica. Certos actos de vandalismo colectivo que, de vez em quando, são notícia, ou as revoltas juvenis surgidas na Europa nos anos 80, inscrevem-se neste contexto de tensão inter-étnica e de reacção à discriminação etnicamente vivida. Neste sentido, parece plausível admitir a existência de um tipo de criminalidade resultante da conflitualidade social que decorre da discriminação social.

Passando agora à análise da relação entre criminalidade e etnicidade pelo lado menos reconhecido da vitimação, a primeira observação (apesar da ausência de fundamentação empírica), alerta para o facto de as minorias étnicas, enquanto categorias socialmente vulneráveis, serem também mais vulneráveis ao fenómeno criminal. A discriminação de que são vítimas pesa igualmente em termos de protecção em relação ao crime. Esta realidade é menos conhecida, mas de uma forma geral quanto mais vulnerável é a população mais susceptível ela é de ser vítima de crime e de violência.

O fenómeno da vitimação surge ainda ligado ao problema do racismo. As tensões inter-étnicas surgem também do lado da maioria. Fenómeno bem mais documentado são os actos de violência cometidos contra a população negra e de outras etnias pelo simples facto de pertencerem a essas etnias. É bem verdade que este fenómeno assume maior expressão em alguns países europeus, mas não se pode dizer que esteja excluído da sociedade portuguesa.

As relações entre criminalidade e etnicidade são biunívocas. Se existe uma criminalidade associada à etnia, é também verdade que existe uma vitimação étnica. Se existe uma criminalidade pró-activa, é também verdade que existe uma criminalidade reactiva. Se, de uma forma geral, a

criminalidade na sua dupla vertente de produção e de vitimação está ligada a situações de exclusão, de conflitualidade e de desigualdade sociais, é também verdade que o crime, enquanto expressão dessas situações, não poderá deixar de espelhar a componente étnica que as constitui, nem a componente de discriminação racial que as acompanha.

Ao abordar o segundo plano interpretativo, ou seja, a questão politico-ideológica, senti uma terceira perplexidade que pode ser formulada do seguinte modo: a existir uma ligação visível entre a etnicidade e a criminalidade que consequências sociais daí resultam?

Uma primeira questão chama a atenção para a centralidade do discurso criminal na sociedade portuguesa. É conhecido o facto de o discurso criminal e, em particular, o receio do crime, conseguir obter ampla audiência social. O crime preocupa os cidadãos. E apesar de o crime produzir uma vitimação diferencial, isto é, afectar desigualmente as diferentes categorias sociais, induz receios, preocupações e sentimentos de insegurança generalizados. Estes sentimentos de insegurança têm repercussões políticas. Qual a resposta do Estado? Reconhecerá o Estado a origem social da criminalidade (étnica e não só) ou sublinhará preferencialmente a questão legal? Desenvolverá políticas criminais que atendam prioritariamente à discriminação social ou preferirá desenvolver programas de natureza repressivo-legal? Consoante as respostas a estas perguntas a questão da integração social poderá prevalecer ou, pelo contrário, ser subjugada pela questão legal-repressiva. É evidente que a ênfase que se der a cada uma das esferas marcará formas distintas de intervenção social.

É interessante notar a este respeito que, no plano internacional, em especial em sociedades como a americana ou a inglesa, os programas de combate ao crime assumiram importância política relevante tendo, nalguns casos, vindo a substituir na agenda política os programas e combate à pobreza característicos da década de 60. Isto significa, entre outros aspectos, uma desvalorização da questão social e da integração social das minorias desfavorecidas. É evidente que esta redefinição dos problemas sociais acompanhou mudanças das orientações políticas. Em Portugal, pode-se argumentar, o crime não tem a expressão encontrada nas sociedades acima referidas. E por isso, as implicações sociais e políticas do crime serão sempre mais limitadas. Não deixa, no entanto, de ser possível constatar que o argumento da criminalidade tem sido usado por forças políticas mais conservadoras para reivindicarem uma maior severidade da legislação penal, mesmo havendo consciência de não existir uma relação comprovada entre a severidade das penas e o volume da criminalidade.

É no aspecto do aproveitamento politico-ideológico do crime e da insegurança colectiva que residem os maiores riscos, sobretudo quando a questão étnica aparece associada. O aproveitamento politico-ideológico da insegurança colectiva tem sido historicamente um terreno fértil para as forças conservadoras promoverem a reabilitação e o fortalecimento dos discursos em torno da defesa da lei e da ordem. À luz destes discursos as relações entre criminalidade e etnicidade serão privilegiadamente entendidas como problemas de lei e de ordem. Há assim o risco de, através da influência desses discursos, se proceder a uma redução de programas sociais que promovam e facilitem a integração social das minorias étnicas.

Para além das consequências políticas, o aproveitamento ideológico das relações entre a criminalidade e a etnicidade poderá ainda reproduzir simbolicamente a discriminação racial e alimentar de formas, talvez menos subtil as manifestações de racismo. Apresentar socialmente grupos étnicos como grupos-problema é ajudar a manter ou mesmo a aumentar a distância social entre as diferentes etnias que compõem a sociedade e contribuir ideologicamente para uma certa legitimação social dessas diferenças. Julgo ser importante chamar a atenção para a projecção que é dada ao fenómeno da criminalidade étnica. A forma como a comunicação social “projecta” as notícias poderá “amplificar” preconceitos, estereótipos e imagens negativas sobre determinadas categorias étnicas. Privilegiar, por exemplo, a componente étnica em detrimento da criminal no relato de um crime, contribui obviamente para reproduzir fenómenos de estigmatização social. Estas leituras “ideológicas” não deixarão, mais tarde ou mais cedo, de se cruzar com movimentos e discursos políticos.

2. Ideologias e novas cidadanias

*Intervenção de
Augusto Santos Silva**

Na intervenção inicial, vou situar-me num registo relativamente livre, que combinará o ponto de vista da análise sociológica com algum discurso normativo. Interpretei o tema proposto em dois planos. Falar em novas cidadanias é supor que há velhas cidadanias e, agora, outras cidadanias, quer dizer, há, no mundo contemporâneo, novas conjunções de direitos e deveres. Por outro lado, pode ser também falar em novos espaços de

* Faculdade de Economia do Porto.